

Na Constituinte, eleição será por maioria absoluta

ANC 88
Pasta 20 a 30
Jan/87
124

BRASÍLIA — A eleição do Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, no dia 2 de fevereiro, será decidida por maioria absoluta e por voto secreto, como determina o regimento da Câmara dos Deputados, que será adotado nesta reunião, uma vez que ainda não existe um regimento interno da Constituinte. A informação é do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Moreira Alves, que presidirá tanto a sessão de instalação da Assembléia como a que elegerá seu Presidente.

Durante a sessão, Moreira Alves diz que aceitará apenas as questões de ordem que digam respeito à eleição propriamente dita. Ele deixará qualquer outra interpelação para que a própria Assembléia resolva. Este é o caso, por exemplo, da questão da competência dos senadores eleitos em 1982 para participar da Constituinte, direito que deverá ser contestado por parlamentares de diversos partidos.

O Presidente do Supremo Tribunal Federal explicou, ainda, que utilizará os regimentos internos da Câmara, Senado, Congresso Nacional e a Constituição para "nortear" suas decisões, contra as quais não caberá recurso.

Moreira Alves disse ontem que "não há limites para o poder da Assembléia Nacional Constituinte, a não ser o das interpretações e decisões políticas". Esse poder, segundo Moreira Alves, remete-se não só à elaboração e promulgação da nova Carta, como também às interpretações e decisões baseadas na Constituição em vigor que forem necessárias até a conclusão de seus trabalhos.

— A Constituinte só não pode transformar mulher em homem, mesmo porque não teria esse mau-gosto — brincou o Ministro Moreira Alves.

Ele preferiu, porém, não se aprofundar em comentários de natureza política, restringindo-se aos aspectos técnicos do tema. Para que a Assembléia possa alterar fatos determinados pela atual Constituição, o Ministro acha que ela deve apresentar um dispositivo específico sobre a matéria na qual pretende influir, como no caso da duração do mandato do Presi-



Moreira Alves já vai se guiar pelo regimento interno da Câmara

dente José Sarney, que já está estipulado em seis anos pela Carta em vigor.

O Congresso, na opinião de Moreira Alves, deve criar comissões para cuidar da legislação ordinária, ao invés de delegar poder ao Presidente da República para legislar ordinariamente sem limitações, mantendo a autonomia dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

— Isso seria uma quebra da independência e harmonia dos três Poderes — disse o Ministro.

Ao ser perguntado sobre qual sistema de Governo acha melhor para o País, Moreira Alves limitou-se a res-

ponder que "já está provado que tanto o parlamentarismo como o presidencialismo funcionam". Segundo ele, "tudo depende da realidade nacional e ninguém melhor do que os políticos para conhecê-la". Sobre o novo texto a ser elaborado, disse que espera, "como todo brasileiro, a melhor Constituição possível nesse momento".

— O novo texto não deverá ser muito longo, para evitar que perca a força e a necessária estabilidade. Nem muito curto, o que permitiria margem para interpretações evolutivas e uma flexibilidade maior. O ideal é um meio termo entre esses dois extremos — concluiu.

Movimento sindical marca ato público

BRASÍLIA — A realização de um ato público em frente ao Congresso nacional, domingo, simultaneamente à instalação da Constituinte, será a primeira de uma série de manifestações que o movimento sindical pretende promover enquanto durar o trabalho de criação da nova Constituição. Além da CUT e da CGT, apóiam o ato partidos políticos como PCB, PC do B, PDT e PSB.

A expectativa dos organizadores da manifestação é reunir pelo menos 50 mil pessoas na rampa do Congresso, tomando por base a informação de que caravanas de Estados vizinhos se deslocarão até Brasília acompanhar a instalação da Constituinte. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), por exemplo, levará para o ato dois mil trabalhadores rurais. O ato público está sendo organizado pela Intersindical, que, em novembro, promoveu na Esplanada dos Ministérios a manifestação contra o Plano Cruzado.

Durante a manifestação, será entregue ao Presidente da Constituinte um documento com algumas reivindicações, como a reforma agrária, eleições diretas para Presidente da República e estatização dos setores básicos da economia.

Sem acesso ao plenário, a população que comparecer ao ato poderá ouvir dirigentes de vários partidos, como Leonel Brizola, do PDT, Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, representantes do PCB, PC do B e ainda da CUT e CGT.

Esquema de segurança usa 700 pessoas

BRASÍLIA — O temor de uma invasão ao Congresso no próximo domingo, por curiosos interessados em assistir à instalação da Constituinte, levou a Secretaria de Segurança Pública a montar uma operação conjunta com o Serviço de Segurança da Câmara. O esquema, que envolve 500 soldados da Polícia Militar e mais 200 servidores da Câmara, já foi batizado de "operação esperança".

Para evitar que manifestantes ou curiosos ocupem a porta de entrada do Congresso será colocado um cordão de isolamento ao pé da rampa, onde também será montado um palanque para a apresentação da Orquestra Sinfônica de Brasília. A área externa será controlada pela PM, e a interna pelos agentes da Câmara.

O Secretário de Segurança, Coronel Olavo de Castro, disse ontem que o trabalho da PM se restringirá a orientar o trânsito, evitar confrontos entre grupos políticos e a dar proteção à população contra a eventual ação de ladrões.